

CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS


ALMEDINA

 ces

Centro de Estudos Sociais

Dicionário das Crises e das Alternativas



DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

AUTOR

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado
Universidade de Coimbra

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.
Rua Fernandes Tomás, nºs 76, 78 e 79
3000-167 Coimbra
Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901
www.almedina.net · editora@almedina.net

DESIGN DE CAPA

FBA

REVISÃO

Victor Ferreira

PRÉ-IMPRESSÃO

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

G.C. – GRÁFICA DE COIMBRA, LDA.

Palheira Assafarge, 3001-453 Coimbra

producao@graficadecoimbra.pt

Abril, 2012

DEPÓSITO LEGAL

....

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.



GRUPOALMEDINA

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado

Universidade de Coimbra

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

ISBN 978-972-40-4820-8

CDU 316

338

de horas (por sinal consagrada no acordo de concertação social *Compromisso para o crescimento e emprego*, janeiro de 2012), acentua a individualização das relações laborais e desestrutura a lógica coletiva de negociação. Este é um ponto particularmente delicado porque a dimensão coletiva da regulação dos tempos de trabalho sempre esteve em estreita articulação com os instrumentos de regulamentação coletiva. Por esta razão, importa manter na esfera da negociação coletiva a capacidade de empregadores e organizações sindicais encontrarem soluções conjuntas.

António Casimiro Ferreira

Humanidades

Na “sociedade do conhecimento”, em que o papel da linguagem e da cultura como meios de produção surge como claramente decisivo, é iniludível a centralidade dos objetos tradicionais das Humanidades – o ser humano no tempo e no espaço, a cultura, a memória, as linguagens e os respetivos usos sociais. Ao mesmo tempo, contudo, no contexto da universidade, transformada num sistema burocrático organizado segundo critérios de eficiência e de racionalidade económica moldados pela lógica do capitalismo neoliberal em tempos de globalização, a vulnerabilidade das Humanidades tornou-se mais patente do que nunca.

Deste ponto de vista, a crise das Humanidades não exprime senão a crise mais geral, dominada pela hegemonia de concepções da economia, da política e da sociedade que conhecem apenas uma razão instrumental e para as quais, por conseguinte, a interrogação autorreflexiva e a busca de sentido próprias da perspectiva das Humanidades são inteiramente irrelevantes.

Neste contexto, o desiderato da antropologização do saber, que orienta a visão renovada de um campo do conhecimento menos interessado num conceito coisificado de cultura do que na forma cultural do mundo, constituiu-se como princípio crítico fundamental. Assim, a exploração do potencial ética e politicamente transformador de umas Humanidades inconformadas com a atomização das esferas do conhecimento e da experiência próprias da história única da modernidade ocidental e, conseqüentemente, apostadas em tomar como objeto uma reflexão transversal sobre o conjunto da sociedade contemporânea em todos os seus aspetos, pode constituir-se como uma parte essencial da crítica ao pensamento hegemónico. Deste ponto de vista, as Humanidades são parte insubstituível do processo de construção de

uma alternativa ao pensamento hegemónico, cuja receita para sair da crise é, simultaneamente, a receita para a perpetuação desta e para a consequente negação de dimensões fundamentais do ser humano.

António Sousa Ribeiro

Humanitarismo

O conceito de humanitarismo tem as suas raízes associadas à criação do Comité Internacional da Cruz Vermelha, em 1863, que gerou as condições para que uma organização não política pudesse prestar auxílio humanitário a populações em risco. É normalmente aplicado em dois contextos: guerra e catástrofes naturais. Em qualquer um destes contextos está subjacente a ideia de que, em casos extremos de sofrimento humano, é possível e desejável que atores internos ou externos prestem auxílio a quem mais precisa.

Na sua conceção clássica, o humanitarismo é pautado pelos princípios de humanidade, imparcialidade, neutralidade e independência. O final da Guerra Fria ditou mudanças na visão clássica do humanitarismo resultantes de uma ordem mundial caracterizada por alterações geopolíticas e pela erosão progressiva da distinção entre combatentes e civis, confrontando a comunidade internacional com novos cenários de crise e novos desafios. O número crescente de missões humanitárias, a par de um certo abuso do “rótulo” humanitário, criou alguma confusão relativamente ao verdadeiro carácter e propósito do humanitarismo, tornando-o um conceito mais complexo e fragmentado.

A era pós-1990 ficou igualmente marcada pela afirmação de uma conceção de humanitarismo (“novo humanitarismo”) assumidamente mais política, adotada por governos, agências internacionais e muitas organizações não-governamentais, desafiando o paradigma clássico e considerando que, em contextos de crise humana estrutural, os objetivos tradicionais de salvar vidas e aliviar o sofrimento humano eram meramente paliativos. No contexto atual, e em particular após o 11 de setembro de 2001, o conceito e prática do humanitarismo confrontam-se com importantes questionamentos éticos resultantes de lógicas de politização e instrumentalização dos princípios humanitários por parte de atores políticos, que têm vindo a distorcer a essência do humanitarismo.

Daniela Nascimento